



DOI: <http://dx.doi.org/10.55602/rlic.v11i2.302>

LETRAMENTO E A GESTÃO PÚBLICA: de que modo as avaliações externas podem contribuir para uma educação que promova uma sociedade justa?

LITERACY AND PUBLIC MANAGEMENT: how can external assessments contribute to education that promotes a fair society?

Caroline Inês Becker¹
Marcos Kan Moori²

Resumo: As avaliações externas têm sido elaboradas com base no conceito de letramento. A relevância desse conceito, além do mais, se faz presente nos processos educativos. Uma análise sobre as diferenças entre as avaliações pertencentes às práticas pedagógicas e as avaliações de larga escala se faz necessária, uma vez que suas funções, na educação, são distintas. Compreender a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nos processos educativos e avaliativos é outra questão a ser abordada neste artigo. Objetiva-se, assim, analisar e compreender a complexidade da elaboração das avaliações externas, com enfoque no letramento, tendo em vista o processo de ensino-aprendizagem no interior das instituições educacionais. A função da gestão pública é explorada sob a perspectiva de sua contribuição para uma educação de qualidade, sendo o conceito de letramento novamente considerado como ponto central. Conclui-se que as avaliações externas, quando compreendidas adequadamente, contribuem significativamente para melhorias no cenário educacional. Para a elaboração deste trabalho, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Processos avaliativos. Qualidade de educação. Gestão pública. Avaliações externas. Letramento.

Abstract: External assessments have been developed based on the concept of literacy. The relevance of this concept, moreover, is present in educational processes. An analysis of the differences between assessments of pedagogical practices and large-scale assessments is necessary since their functions in education are distinct. Understanding the importance of PPP for educational processes and evaluation processes is another issue to be addressed in this article. The objective, therefore, is to analyze and understand the complexity of preparing external assessments, with a focus on literacy, considering the teaching-learning process within educational institutions. The role of public management will be

¹ Licenciada em Letras: Português e Alemão (ISEI), graduação em Filosofia (UFRGS). Este artigo é requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública (Uergs). Trata-se de um estudo de ampliação e aprofundamento a partir do artigo intitulado "Letramento para uma sociedade justa: uma análise das metas do PNE e sua inserção na gestão pública" E-mail: caroline.becker@institutoivoti.com

² Professor no curso de especialização em Gestão Pública (Uergs). E-mail: marcos-moori@uergs.edu.br

analyzed from the perspective of its contribution to quality education. For this, the concept of literacy will again be considered. It was concluded that external assessments, when properly understood, contribute to educational improvements. To prepare for this work, it was decided to carry out bibliographical research.

Keywords: Evaluation processes. Quality of education. Public Management. External assessments. Literacy.

1 INTRODUÇÃO

Avaliar é uma das responsabilidades inerentes à função de ensinar. Aqueles que estão aprendendo muitas vezes temem ser avaliados. No entanto, cabe também ao aprendiz a habilidade de avaliar seu próprio processo de aprendizado. A ideia de estudar sem avaliação, tanto a realização quanto a recepção, parece ser uma solução para um ensino-aprendizagem livre de angústias. Contudo, dado que a avaliação é um dos aspectos mais marcantes na vida estudantil, seu papel não é menos relevante para o professor. O trabalho docente, em grande medida, gira em torno da coleta e apresentação de resultados. Além das expectativas da comunidade escolar sobre o processo avaliativo, não raras vezes os alunos atribuem ao professor a responsabilidade por suas notas, conferindo-lhe o poder de mudar, a qualquer momento, o registro feito.

Enquanto o professor se vê compelido a seguir critérios preestabelecidos para mensurar o desempenho dos alunos ao final de uma etapa, não é falso dizer que esses critérios podem ser revistos e, não está tão equivocado assim, quem supõe que notas podem sofrer alterações. Essa perspectiva é muitas vezes explorada em conselhos de classes, nos quais o aluno é analisado globalmente, levando em conta características, até então, não consideradas para uma disciplina específica. Contudo, esse processo não visa apenas atingir a média de aprovação, mas sim identificar possíveis falhas no

processo de atribuição de notas, buscando um registro mais justo para o aluno em questão.

As avaliações, das quais se costuma falar com tanto receio e apreensão, são aquelas que fazem parte do cotidiano escolar, aquelas que, conjuntamente, culminam, no final do ano, na aprovação ou reprovação do aluno. O que não se leva em conta, nesse cálculo são as avaliações externas. Essas parecem não ter efeito sobre a vida dos discentes, e, talvez, nem dos profissionais da educação. Também esses se mostram, em grande parte, focados nas avaliações bimestrais ou trimestrais, conforme a organização da instituição escolar.

No entanto, as avaliações externas ou de grande escala se mostram relevantes tanto para o processo de ensino-aprendizado das instituições escolares que estão sendo avaliadas quanto para a sociedade em geral, que identifica na educação a possibilidade de alcançar melhorias sociais para seus cidadãos, visto que são criteriosamente elaboradas, com base em realidades sociais diversificadas.

As avaliações externas vinculam-se, desse modo, às avaliações internas e participam, inegavelmente, dos processos educativos que se concretizam através das mais variadas práticas escolares. Sendo assim, as avaliações em larga escala pretendem atingir, sem subterfúgios, um ponto essencial na educação: a qualidade do ensino. Isso levanta uma questão delicada: ao falar de escolas particulares com educação de qualidade, está implícito que não se fala

sobre o mesmo assunto em relação à educação pública? A educação, por sua própria natureza, não deveria ser sinônimo de qualidade de educação, ou esses conceitos podem ser dissociados?

Portanto, torna-se necessário analisar e compreender a necessidade da aplicação de avaliações externas para promover uma educação de qualidade, analisar a relevância dos critérios de avaliação focados no letramento e compreender a função da gestão pública nesse contexto, considerando seu vínculo com as avaliações de larga escala e com todo o aparato educacional. Tem-se, então, a formulação do problema de pesquisa: A gestão pública, ao promover avaliações externas com foco no letramento, contribui para uma educação de qualidade?

No que concerne à área das linguagens, o letramento tem sido o foco das avaliações externas, como evidenciado nas avaliações do SAEB e do PISA. Nos documentos que fundamentam e justificam os procedimentos adotados nessas avaliações, é possível acompanhar a delimitação do que se pretende avaliar e as considerações sobre as diferentes realidades sociais como elementos significativos que influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações externas, por si só, não garantem a melhoria de um sistema de ensino. Pensar sobre as condições necessárias para a concretização de um sistema de ensino de qualidade envolve a análise dos métodos de avaliação presentes e são recorrentes nos processos educativos. Ainda que as avaliações externas busquem identificar e constatar fatos específicos relacionados à educação e às situações sociais, elas não são instrumentos avaliativos desnecessários para as práticas de ensino da instituição avaliada. Elas podem ser concebidas como aliadas eficazes dos métodos de avaliação utilizados nas

práticas diárias do professor, contribuindo para melhorias no processo de ensino-aprendizado.

A gestão pública desempenha uma função essencial na promoção da educação em uma sociedade. Contudo, sem uma análise de pelo menos alguns dos mecanismos atuantes na esfera educacional, as ações concebidas e planejadas para a educação no âmbito da gestão pública podem, por falta de assimilação e conseqüente acolhimento, não ser devidamente executadas no campo educacional.

Uma sociedade que visa o estabelecimento da justiça não encontra meio mais propício do que a educação. A educação é a forma que os seres humanos estabeleceram para instruir e formar cidadãos. Por isso, faz-se necessário uma análise conceitual sobre o que é educação e o que está em discussão quando se aborda a questão da educação de qualidade.

Dado que o presente estudo requer uma organização estrutural que viabilize a análise e reflexão dos diferentes apontamentos aqui apresentados, torna-se necessário estabelecer a delimitação do tema: A gestão pública na promoção da educação de qualidade por meio de avaliações externas com foco no letramento. Dessa maneira, o objetivo geral é analisar e compreender a complexidade da elaboração das avaliações externas, com enfoque no letramento, tendo em vista o processo de ensino-aprendizagem no interior das instituições educacionais. O objetivo específico, por sua vez, consiste em compreender a dinamicidade com que as avaliações externas são incorporadas (ou não) aos processos educativos das respectivas instituições de ensino.

Quanto ao método, definiu-se que o tipo de pesquisa será estudo de caso. A natureza da pesquisa será exploratória e explicativa, cujo instrumento de coleta

será pesquisa bibliográfica. Já a forma de análise adotada será a análise de dados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O alcance dos processos educativos

A escola pode ser entendida e estruturada de diferentes formas. No entanto, o consenso é que sua função basilar é a educação. Isso se dá porque o surgimento das escolas é justamente para atender a este objetivo: educar. Se compete, acima de tudo, às instituições de ensino contemplar os requisitos de efetivo aprendizado dos discentes, compete tanto aos professores quanto aos demais envolvidos nos processos educativos ter clareza sobre o seu funcionamento. Assim, pensar nos processos educativos existentes na instituição de ensino é indispensável para conceber um ensino de qualidade, uma vez que este se realiza na medida em que os envolvidos estão cientes de sua participação e responsabilidade nesse arranjo.

De acordo com Furtado (2020, p.48):

O modo como os processos educativos estão sendo efetivados no interior da escola precisa ser amplamente divulgado, para que seja possível propor ações educativas que contemplem a todos os envolvidos. Com isso, objetiva-se transformar a escola num espaço educativo formativo não apenas para os estudantes, mas para toda a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, a comunidade escolar ganha notoriedade e se torna ativa no que lhe concerne. Ou seja, não é suficiente atribuir funções teoricamente a diferentes grupos; é preciso delegá-las aos respectivos grupos. A gestão escolar, nesse sentido, pode ser apontada como um fator decisivo para o êxito/sucesso do envolvimento de toda a comunidade escolar. Uma vez que a finalidade da

educação é transformar a vida das pessoas, a própria ação educacional no interior da instituição de ensino requer, por exemplo, a participação e o comprometimento das famílias e de toda a comunidade escolar. Tratando-se de um mecanismo dinâmico, mesmo que o foco seja o sujeito matriculado na instituição, o alcance dos efeitos da educação não tem limite definido, o que também não é desejável do ponto de vista educacional. A educação, dessa maneira, em sua essência, diz respeito e pretende atingir toda a sociedade. Sendo assim, a instituição de ensino que conta com a participação ativa da comunidade escolar está orientada para uma educação de qualidade.

Furtado (2020) acrescenta que a base de todas as práticas pedagógicas são as teorias que norteiam os processos educativos, cujo objetivo é assegurar o direito à educação. Uma vez que o direito à educação é uma condição ampla e irrestrita, compete às instituições de ensino ampliar, ao máximo, dentro de suas possibilidades, seu campo de atuação em prol desse direito. Pode-se concluir que isso inclui motivar a participação da comunidade escolar nas ações da instituição de ensino de cunho educativo formativo. Seguindo essa linha de raciocínio, Furtado (2020, p. 60) acrescenta:

Para isso, reflexões acerca dos processos educativos precisam acontecer no interior da escola, com o propósito de que objetivos e metas educacionais sejam reconhecidos e todos assumam coletivamente a responsabilidade e o compromisso pedagógico com a formação do estudante.

Conforme destacado e em consonância com Furtado (2020), o foco será sempre cada estudante da respectiva instituição de ensino. Essa observação é necessária para que não se incorra no erro de descuidar do papel central de formação

assumido pela instituição para cada um de seus alunos.

2.2 O Projeto-Político-Pedagógico e o processo avaliativo

Os processos educativos são, em grande parte, constituídos por processos avaliativos. Ambos, por sua vez, encontram apoio em um documento escolar conhecido por projeto-político-pedagógico (PPP). O PPP de uma instituição de ensino é o que a distingue das demais instituições educacionais, assumindo um perfil próprio de funcionamento. Sobre a importância do projeto-político-pedagógico, Furtado (2020, p. 62) destaca:

Como a escola é um espaço formativo, é fundamental que a gestão organize reuniões nas quais a discussão do PPP seja uma pauta permanente entre os envolvidos nos processos educativos. A participação de todos precisa ser mediada de modo a promover a conscientização do compromisso pedagógico diante do trabalho educativo realizado nesse espaço de formação do cidadão, possibilitando a efetivação do PPP no cotidiano escolar.

Mais importante do que redigir o texto do PPP é executar aquilo que está registrado nesse documento. Uma vez que se trata de um guia para as práticas pedagógicas no cotidiano escolar, a participação de todos os envolvidos nos processos educativos é necessária para sua elaboração. A percepção e consideração de diferentes perspectivas enriquecem a utilidade futura desse documento em fase de elaboração. Nesse contexto, a participação não se resume à elaboração de um texto, mas sim a uma atividade de reflexão e concepção de um modelo de educação para a instituição, levando em consideração a realidade social em que está inserida.

Dessa forma, o PPP é a primeira

leitura que os novos participantes da comunidade escolar (novos alunos e suas famílias, novos professores, etc.) deveriam ser convidados a fazer. A elaboração do PPP é também o momento para pensar e conceber os processos avaliativos a serem instituídos nas práticas pedagógicas da escola. Os instrumentos avaliativos, por mais que possam parecer desnecessários à primeira vista, são métodos fundamentais para o desenvolvimento dos discentes quando bem estruturados e conduzidos. Consoante Hoffmann (2018, p. 13):

o processo avaliativo está fundamentado em valores morais, em concepções de educação, de sociedade, de sujeito. Essas concepções regem o fazer avaliativo e lhe dão sentido. É preciso pensar, em primeiro lugar, sobre as concepções vigentes entre os educadores antes de se discutirem metodologias, instrumentos de testagem e formas de registro. Reconstruir as práticas avaliativas, sem levar em conta o que significa “avaliar”, é como preparar as malas sem saber o destino da viagem.

Pensar nos processos educativos, portanto, requer, em primeiro lugar, uma análise sobre o significado da avaliação na esfera educacional. Logo, essa discussão inicial é crucial para conferir sentido à avaliação para os estudantes e pode se manifestar beneficentemente nos processos educativos. O PPP, nesse contexto, é de fundamental importância, como ressalta Furtado (2020, p. 71), para nortear, com discernimento e coerência os processos avaliativos:

Não se pode perder de vista que a prática pedagógica está pautada em um projeto político-pedagógico, que pode ser reestruturado conforme a realidade escolar. As reflexões sobre o trabalho realizado na escola permitem aos profissionais da educação reverem que o processo avaliativo é uma atividade instituída de intencionalidade educativa, e o que nos dá esse suporte teórico é o projeto

político-pedagógico. Portanto, o compromisso e a responsabilidade de exercer o trabalho educativo devem motivar situações dinâmicas, reflexivas, de produção, construção e reconstrução dos saberes escolares que considerem o contexto atual. Ademais, o ensinar e o aprender no cotidiano escolar acontecem por meio da avaliação, que precisa acontecer constantemente.

2.3 Avaliação e planejamento

A avaliação, desse modo, não é um procedimento isolado e desconexo das demais práticas pedagógicas. Sua função é contribuir para a revisão e reelaboração das diferentes atividades que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o termo processo avaliativo é pertinente, indicando que a avaliação se articula com outras práticas, compondo uma sequência contínua de revisão e elaboração de atividades e práticas pedagógicas.

O planejamento, assim, ao ser continuamente embasado nos resultados e percepções obtidos pelos instrumentos avaliativos, traz qualidade para as aulas ministradas. Por outro lado, é por meio do planejamento que a avaliação pode ser devidamente elaborada, em consonância com as demais atividades e práticas pedagógicas planejadas para a aula ou sequência de aulas. Conforme Marçal (2021, p. 56):

Para construir uma avaliação que comungue com o planejamento e os registros realizados ao longo da sua trajetória pedagógica, é necessário que o pedagogo compreenda a importância do ato de avaliar e o enxergue como uma oportunidade qualitativa de empreender conhecimento com base na realidade vivida. Assim, esse instrumento não pode ser reduzido a um teste ou a uma prova em que o aluno fica resumido a uma nota numérica. É preciso que se tenha clareza conceitual do processo formativo da avaliação para transformar essa

ferramenta em insumo de discussão pedagógica.

Essa observação é válida para todos os professores que atuam em sala de aula, não se restringindo ao pedagogo. Avaliar vai além do simples ato de converter as respostas dos alunos em notas numéricas. Envolve acompanhar o processo de aprendizado do aluno e ter a percepção dos critérios que foram ou não atingidos ao longo dessa trajetória. Nesse sentido, a avaliação se torna um instrumento de caráter qualitativo. Nos anos iniciais, é comum realizar o registro de pareceres. Esse método de avaliação é interessante porque se baseia em uma análise mais ampla do desenvolvimento do aluno. Assim, é uma ferramenta que os professores de outros anos escolares podem escolher como complemento de informações referentes a determinado aluno, captando dados que passam despercebidos em outros tipos de avaliação. Isso proporciona ao professor a possibilidade de intervir didaticamente nas dificuldades enfrentadas pelo respectivo aluno.

Soek (2021, p. 17), após apresentar sua defesa em favor do planejamento, conclui:

Como vimos, o planejamento é uma atividade inerente ao ser humano e crucial para a prática pedagógica. Muito mais do que um instrumento da burocracia escolar, é o processo de reflexão crítica do professor sobre a sua prática e a sua intencionalidade, tendo como seu produto o plano de aula ou os projetos escolares.

Pode-se acrescentar que o planejamento, ao compreender também a elaboração de avaliações e a subsequente revisão dos resultados, configura-se plenamente como um processo de reflexão crítica do docente. O exercício da reflexão crítica, por sua vez, é o que permite intervenções na prática pedagógica a favor de um ensino de qualidade.

Diante da importância de se atingir qualidade nos processos educativos em sala de aula, incluindo os processos avaliativos, sem desconsiderar a complexidade dos mesmos, torna-se necessário analisar a estrutura escolar como um apoio ao professor atuante em sala de aula.

2.4 A sala de aula como palco do processo de ensino e aprendizagem

Os diferentes espaços escolares têm como finalidade contribuir para a formação dos alunos. No entanto, ao se considerar a sala de aula como um espaço específico para o desenvolvimento das aulas planejadas pelos professores, ela se torna, ou deveria se tornar, um lugar de destaque no ambiente escolar. Não apenas pelo lugar em si, mas pelo que esse lugar proporciona em questão de educação. Para que as aulas possam ocorrer com qualidade, o professor deve poder realizar seu trabalho com competência e seriedade.

Considerando, assim, a dinamicidade e as constantes mudanças que ocorrem na sociedade, as necessidades do professor para a realização de aulas com qualidade tornam-se amplas e diversas. Os docentes só serão devidamente atendidos se houver formação contínua dos gestores. Isso porque são eles os responsáveis por amparar e dar suporte aos professores. Conforme Marçal (2021, p. 51):

Fica claro que, para muito além das aquisições eletrônicas da escola, o investimento real deve se dar, de fato, na formação contínua de seus gestores, uma vez que o entendimento de inovação das práticas pedagógicas deve ser compreendido no seu conceito mais puro: o movimento de refletir sobre a prática com vistas a potencializar o desempenho dos professores e, conseqüentemente, dos alunos.

Quando os profissionais envolvidos na gestão escolar negligenciam o trabalho exercido pelos professores, promovendo ações para agradar apenas aos alunos, o risco de perda de qualidade nas aulas é significativo. Investimentos realizados pela equipe diretiva em prol da infraestrutura da escola, promovendo o conforto tanto dos alunos quanto dos professores, têm o efeito de tornar os gestores mais notados e bem quistos por todos. Entretanto, é crucial observar que isso não garante necessariamente a oferta de aulas de qualidade. O foco na promoção da qualidade de ensino envolverá, inevitavelmente, uma atenção especial ao papel do professor, pois é por meio dele que o aluno realiza seu processo de aprendizagem. Os gestores devem, assim, estar capacitados para efetuar esse gerenciamento de forma eficaz. Ainda consoante Marçal (2021, p. 52):

O pedagogo que é capaz de fomentar em seus liderados possibilidades para que eles se sintam naturalmente aptos a experimentar outras formas de construir conhecimento é um profissional conectado com as discussões presentes no ambiente educacional vigente, atento às transformações do mundo e contribuinte significativo da sociedade.

O pedagogo enquanto gestor tem, assim, a responsabilidade de incentivar os professores a desenvolver, da melhor forma possível, o seu trabalho junto dos alunos. Marçal (2021, p. 53) acrescenta:

Ter a compreensão de que, na educação, poucos são os resultados a curto prazo; desenvolver a visão sistêmica e utilizá-la para detectar melhorias, avanços e o aprimoramento da prática pedagógica da escola como um todo, ser criativo a ponto de pensar em alternativas viáveis de inovação que não exijam recursos financeiros; perceber possibilidades de parcerias; gerir de maneira horizontal, a fim de ter aliados dentro do grupo de

liderados; e poder contar com as habilidades e competências tanto individuais quanto do coletivo são apenas alguns elementos concernentes ao trabalho de mediação do pedagogo, na tentativa de criar um sistema de corresponsabilidade entre seus pares e atingir, assim, resultados educacionais reais.

Novamente, o pedagogo é apresentado como gestor. É relevante, assim, que o gestor trabalhe para o bom funcionamento da instituição escolar, com o objetivo de promover um ensino de qualidade. Além disso, visando garantir um ensino de qualidade, Marçal (2021) alerta sobre a necessidade de aproximar o saber científico do saber educativo. Marçal (2021, p. 54) recomenda que os profissionais da educação, tanto professores quanto os atuantes na gestão escolar, formem um núcleo de pesquisa: “A ideia de um núcleo de pesquisa na escola motiva os professores a utilizar da mesma metodologia com os alunos, transformando-os também em sujeitos pensantes”.

2.5 As avaliações externas

Além das avaliações pertencentes ao cotidiano escolar, existem as avaliações em grande escala, também conhecidas como avaliações externas. Dessa forma, Soek (2021) apresenta a distinção entre a avaliação no macrocontexto e a avaliação no microcontexto. Segundo Soek (2021, p. 17):

A avaliação no macrocontexto, em larga escala, auxilia na formulação de políticas curriculares e na avaliação institucional de escolas e universidades, por exemplo, que também fazem parte das discussões curriculares e sinalizam a relevância da atuação dos conselhos de educação, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), os Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e os Conselhos Municipais de Educação (CME).

Referente a avaliação do microcontexto, Soek (2021, p. 17) esclarece: “Já no caso da avaliação no microcontexto, farão parte as avaliações em sala de aula feitas por cada professor, como testes e provas e os chamados conselhos de classe”.

As avaliações em larga escala são pensadas para analisar elementos essenciais da educação relacionados à inserção na sociedade. Enquanto a gestão escolar tem um papel crucial nos processos educativos e avaliativos, uma vez que os gestores são responsáveis por supervisionar o trabalho do professor, a gestão pública está mais diretamente vinculada à questão das avaliações em larga escala, visto que a distribuição de verbas é baseada nessas avaliações. De maneira concreta, toda ação dessa natureza tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino nas respectivas instituições educacionais. No entanto, a concepção de educação de qualidade pode ser objeto de discussão. Para esclarecer ou, pelo menos, apresentar uma abordagem baseada na razoabilidade, Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p. 117, grifos do original) se pronunciam sobre a educação de qualidade:

Educação de qualidade é aquela em que a escola promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A articulação da escola com o mundo do trabalho se torna a possibilidade de realização da cidadania, por meio da internalização de conhecimentos, habilidades técnicas, novas formas de solidariedade social, vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização da sociedade.

Vê-se, assim, conforme essa linha de raciocínio, que a educação de qualidade é aquela que visa à constituição da cidadania, cuja finalidade é a obtenção de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma vez que a escola contribui para a formação integral do aluno, tornando-o economicamente ativo e integrado à sociedade, pode-se afirmar que houve qualidade de ensino. O ensino público, ao visar a qualidade de ensino, não se transformará em um modelo de educação voltado apenas para uma elite. A questão é que, mesmo diante de um alunado muito diversificado e sem dispor de todos os recursos oferecidos pelo mercado para a educação, os recursos humanos presentes em uma instituição de ensino são a parte mais essencial que deve ser fortalecida para a garantia de um sistema de ensino de qualidade possível para a realidade apresentada. A qualidade em uma instituição de ensino público será, portanto, no sentido de otimizar o processo de ensino e aprendizagem, considerando a realidade social em que a escola está inserida, para que cada aluno maximize seu rendimento explorando, dentro das possibilidades que a escola oferece, todas as suas potencialidades, amenizando assim as diferenças sociais existentes entre os próprios alunos.

A concepção de educação de qualidade apresentada por Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) aproxima-se do propósito do filósofo John Rawls. Para Rawls, segundo Gargarella (2008), é a educação básica que terá a função de estabelecer equidade entre os indivíduos de uma sociedade e, portanto, contribuir para a estruturação de uma sociedade justa.

As avaliações externas serão, assim, fatores importantes para se pensar a educação de uma sociedade e a qualidade de ensino nas instituições educacionais. Darling-Hammond e Bransford (2019, p. 262), referindo-se às

avaliações externas, assim colocam:

Dados de avaliações estaduais podem ser utilizados para identificar escolas que obtiveram o sucesso mais bem sustentado na tentativa de melhorar o desempenho de alunos de baixo nível sócio-econômico e para identificar as escolas com maiores necessidades de melhoria.

Nessa perspectiva, o resultado das avaliações externas pode servir como parâmetro para identificar possíveis falhas em certas instituições de ensino, a fim de corrigi-las. As avaliações externas, desse modo, podem ser úteis para proporcionar melhorias nos processos educativos e nos processos avaliativos nas instituições de ensino. Essa melhoria deve levar em consideração os mais diversos fatores, uma vez que o baixo rendimento de um ou mais alunos pode ter origem em causas externas ao ambiente escolar e em suas vivências escolares nesse espaço. Considerando que a esfera político-social é o foco das avaliações externas, Darling-Hammond e Bransford (2019, p. 263) observam:

Como as avaliações em larga escala são utilizadas para responder a questões gerais sobre políticas, o formato das avaliações deve ser customizado para atender a essa finalidade. Por exemplo, os procedimentos de teste devem ser padronizados para garantir a comparabilidade dos resultados de desempenho entre as escolas ou para diferentes grupos de alunos ao longo do tempo.

Ao analisar os materiais do SAEB (2021 *apud* INEP, 2023) - Diretrizes da Edição - e do PISA (2018 *apud* INEP, 2023) - Matriz de Referência de Leitura -, é possível identificar e compreender a existência dessa padronização, a qual, conforme os materiais de consulta disponíveis revelam, foi cuidadosamente planejada. A compreensão sobre a elaboração das avaliações de larga escala e a análise de seus resultados podem constituir um estudo valioso para repensar

os planejamentos e processos educativos da instituição de ensino. Segundo Darling-Hammond e Bransford (2019, p. 263):

Os professores devem saber examinar quais características das avaliações em larga escala são essenciais para seu objetivo e quais são as características que recebem críticas fundadas. Eles não podem requisitar que as avaliações estaduais compartilhem todas as características das avaliações eficientes de sala de aula, mas poderiam exigir que as avaliações estaduais se tornem mais parecidas com os melhores exemplos de avaliação em larga escala.

Desse modo, a distinção apresentada por Soek é pertinente: temos o microcontexto e o macrocontexto. A avaliação em larga escala pertence ao macrocontexto e não se equipara à avaliação que ocorre no microcontexto. A avaliação em larga escala pode, sim, servir como norte para as práticas pedagógicas pertencentes ao microcontexto em que ocorre o processo avaliativo. Conhecer e analisar as avaliações externas pode contribuir, desse modo, para melhorias nos processos educativos no interior das instituições de ensino. Portanto, conforme apresentado no relatório do PISA (2018 *apud* INEP, 2023), para que os objetivos visados com as avaliações externas sejam alcançados e seus resultados fidedignos, não compete à escola investir em preparações exaustivas para avaliações externas. Se houver alguma preparação, essa deverá ser no sentido de que o aluno se familiarize com esse tipo de prova; caso contrário, poderá cometer erros desnecessários na prova, também não apresentando um resultado condizente com a sua condição.

2.6 O letramento nas avaliações externas

O conceito de letramento teve sua origem num contexto muito específico no que diz respeito às habilidades de leitura e escrita. A imensa atenção dada ao tema fez com que muitos estudos fossem realizados nessa área e que se ampliasse a noção de letramento. Tanto o SAEB quanto o PISA são avaliações externas em que a noção de letramento se faz presente.

Furtado (2020, p. 58), em relação ao letramento, assim se expressa:

Portanto, cabe à escola assumir a sua função social diante da sociedade, propondo, intencionalmente, situações em que os estudantes vivenciem o agir democrático, oportunizando o exercício da escuta e atribuindo voz aos estudantes. Além disso, a escola existe para oportunizar o acesso à cultura letrada a todos os homens, visto que a sociedade contemporânea considera a aquisição do código de escrita como condição mínima de exercício da cidadania.

É por essa razão que, atualmente, não se aborda apenas a questão da alfabetização. Para que a leitura e a escrita se tornem meios de adquirir a cultura letrada, as habilidades leitoras e de escrita precisam ser desenvolvidas no indivíduo. Uma vez que o letramento é um processo simultâneo à alfabetização, torna-se possível refletir sobre o processo de alfabetização com a perspectiva de contemplar igualmente o processo de letramento.

Segundo o relatório do SAEB (2021 *apud* INEP, 2023): “Os resultados da consulta a professores e especialistas permitiram identificar características definidoras de um aprendizado de habilidades básicas de leitura e de escrita que se pode definir como uma alfabetização inicial”.

Com essa exposição, percebe-se a descrição de uma situação em que o

próprio processo de alfabetização não foi concluído. Nesse estágio descrito, é possível apontar que o processo de letramento será indispensável para um processo de alfabetização bem-sucedido. Quanto aos critérios para se considerar uma criança minimamente alfabetizada, encontra-se a seguinte descrição:

Os estudantes estão alfabéticos. Leem pequenos textos, formados por períodos curtos e localizam informações na superfície textual. Produzem inferências básicas com base na articulação entre texto verbal e não verbal, como em tirinhas e histórias em quadrinhos. Escrevem, ainda, com desvios ortográficos, textos que circulam na vida cotidiana para fins de uma comunicação simples: convidar, lembrar algo, por exemplo. Os estudantes são leitores/escritores incipientes, que interagem de forma mais autônoma principalmente com textos que circulam na vida cotidiana e no campo artístico literário, em práticas de leitura e de escrita características do letramento escolar. No entanto, registraram-se também expectativas mais ambiciosas em relação àquilo que os estudantes seriam capazes de realizar, que sinalizam a necessidade de ampliação das habilidades características de uma alfabetização inicial, abarcando habilidades necessárias à participação dos estudantes em práticas de leitura e de escrita que efetivamente circulam na vida social, para além das práticas escolares (INEP, 2023, p.6).

Vê-se, através dessa exposição, que o processo de letramento acompanha o processo de alfabetização. Essa forma de desenvolver as habilidades de leitura e escrita tornou-se possível em virtude dos estudos realizados sobre letramento. A função social da leitura e escrita pode ser notada através da prática de interação com textos próprios da vida cotidiana. Com isso, os textos artificiais, elaborados especialmente para a alfabetização, não são mais necessários. É dentro desse contexto, que se consideram as práticas sociais, que o processo de letramento é

apontado com mais ênfase, como pode ser constatado no último parágrafo.

A avaliação do SAEB (2021 *apud* INEP, 2023) baseia-se em ponto de corte. Para a obtenção do ponto de corte, foi realizada uma pesquisa em duas etapas. Conforme o relatório do SAEB, duas foram as questões norteadoras: 1) “Que habilidades uma criança precisa dominar para ser caracterizada alfabetizada?” 2) “Como medir o nível de alfabetização no Brasil de maneira padronizada?” Ambas as perguntas mostram-se relevantes para se pensar o processo de alfabetização e letramento em nosso país. Ao questionar sobre os critérios, estabelece-se o nível de conhecimentos/habilidades esperado para determinado nível de ensino. Dessa forma, obtém-se uma igualdade no sistema de ensino a nível nacional. Por outro lado, uma avaliação em larga escala, conforme já exposto anteriormente, requer uma padronização. Assim, a segunda questão se mostra pertinente. Conforme a descrição no relatório do SAEB (2021 *apud* INEP, 2023) referente à pesquisa feita:

A Pesquisa Alfabetiza Brasil foi realizada pelo Inep para determinar o ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O Instituto coletou informações a respeito do conjunto de competências que caracterizam o aluno alfabetizado diretamente com professoras alfabetizadoras do Brasil inteiro, e realizou um Painel de Especialistas para analisar os resultados.

Observa-se que houve o cuidado em captar informações condizentes com a realidade brasileira. Não se trata de elaborar uma avaliação externa sem fundamento em fatos, apenas baseada em concepções teóricas. As teorias educacionais, assim, são necessárias para possibilitar uma melhor compreensão dos fatos, não para gerar equívocos sobre os mesmos. Nesse

sentido, os objetivos da pesquisa são necessários para que haja um direcionamento em busca de resultados concretos:

Compreender, em termos qualitativos, quais tarefas um aluno do 2º ano do ensino fundamental devidamente alfabetizado é capaz de realizar. Estabelecer padrão avaliativo para a alfabetização dos estudantes brasileiros. Proporcionar subsídios para o planejamento e execução de políticas educacionais voltadas à alfabetização (INEP, 2023, p. 8).

A avaliação externa do SAEB (2021 *apud* INEP, 2023) não se restringe, de acordo com os objetivos apresentados, somente à aplicação da prova e interpretação de resultados. O compromisso com ações de promoção da alfabetização e, assim, também, do letramento, conforme apresentado anteriormente, evidencia-se através do objetivo de implementação de políticas educacionais.

Visto que a elaboração de avaliações externas exige muitas considerações para o estabelecimento de seus critérios avaliativos, restringir o que será avaliado pode se fazer necessário para viabilizar a coleta dos dados mais relevantes considerados para a realização de tal avaliação. Tem-se, assim, que a avaliação externa do PISA (2018 *apud* INEP, 2023) focou no letramento em leitura. Não se ocupou com as habilidades de escrita. Outro aspecto importante de se ressaltar é que ocorreram alterações ao longo dos ciclos do PISA na definição de letramento em leitura. Essas sucessivas alterações de definição revelam a dinamicidade com que as práticas sociais incorporam diferentes modalidades de leitura. Conforme Relatório do PISA (2018 *apud* INEP, 2023):

A definição de letramento em Leitura do Pisa 2000 foi a seguinte: O letramento em Leitura refere-se a compreender, usar, refletir sobre textos

escritos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade. A definição de Leitura do Pisa 2009, continuada para 2012 e 2015, acrescentou o envolvimento com a Leitura como parte do letramento em Leitura: O letramento em Leitura refere-se a compreender, usar, refletir sobre e envolver-se com os textos escritos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade.

A função social da leitura, assim, consiste em tornar o indivíduo um sujeito que toma parte na sociedade, que vive suas experiências na coletividade. Nesse contexto, e tendo-se em consideração as transformações sociais, a expressão “textos escritos” já não é mais um aspecto central no letramento da leitura. Os textos existentes no meio digital ganham cada vez mais importância na vida dos diferentes indivíduos da sociedade. Assim, conforme o relatório do PISA (2018 *apud* INEP, 2023):

Para 2018, a definição de letramento em Leitura acrescenta a avaliação de textos como parte integrante do letramento em Leitura e remove a palavra “escritos”. Definições de letramento em Leitura em 2018. O letramento em Leitura refere-se a compreender, usar, avaliar, refletir sobre e envolver-se com textos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar da sociedade.

Além disso, no relatório do PISA (2018 *apud* INEP, 2023) esclarece-se sobre a diferença entre tratar da leitura apenas e tratar do letramento em leitura:

O letramento em Leitura... A expressão “letramento em Leitura” é preferida a “Leitura” porque informa com maior precisão a um público não especializado o que a avaliação está medindo. “Leitura” é normalmente entendida como a simples decodificação, ou mesmo a leitura em voz alta, enquanto que a intenção dessa avaliação é medir algo mais amplo e mais profundo. O letramento em Leitura

inclui uma ampla variedade de competências cognitivas e linguísticas, desde a decodificação básica até o conhecimento das palavras, da gramática e das estruturas linguísticas e textuais mais amplas necessárias para a compreensão, bem como a integração de significado com o conhecimento de mundo. Também inclui competências metacognitivas: a consciência e a capacidade de usar uma variedade de estratégias apropriadas ao processar textos. As competências metacognitivas são ativadas quando os leitores pensam, monitoram e ajustam sua atividade de leitura a um objetivo específico.

Ao valorizar o processo de letramento, o indivíduo passa a ser considerado em sua integralidade. Ele já não é mais visto como um sujeito limitado que pode se contentar com o domínio de habilidades elementares de leitura. Se, por um lado, as exigências de habilidades de leitura nas avaliações externas tornam-se cada vez mais complexas, por outro lado, elas refletem uma sociedade em transformação, um mundo em constante evolução, cuja diversidade de modalidades de textos é uma realidade.

O termo “letramento” geralmente se refere ao conhecimento de um indivíduo sobre um assunto ou campo, embora tenha sido associado mais de perto com a capacidade de um indivíduo de aprender, usar e comunicar informações escritas e impressas. Essa definição parece estar próxima da noção que o termo “letramento em Leitura” pretende expressar nesse contexto: a aplicação ativa, intencional e funcional da leitura em uma série de situações e para vários propósitos. O Pisa avalia uma série de estudantes. Alguns desses estudantes vão para uma universidade, possivelmente para seguir uma carreira acadêmica ou profissional; alguns buscarão mais estudos preparando-se para ingressar na força de trabalho; e alguns entrarão no mercado de trabalho diretamente após a conclusão do Ensino Médio. Na verdade, independentemente das aspirações acadêmicas ou

profissionais dos estudantes, seu letramento em Leitura é importante para uma participação ativa na comunidade, na economia e na vida pessoal (PISA [...], 2018, p. 7).

Com o processo de letramento, o exercício da cidadania se concretiza na sociedade. O modelo de vida que alguém assume, suas aspirações pessoais e o trabalho que exerce são aspectos que ganham sentido com o letramento, corroborando assim para o estabelecimento de uma sociedade justa. Nessa perspectiva, a compreensão do que se pode entender pela definição de texto na avaliação externa do PISA (2018 *apud* INEP, 2023) torna-se ainda mais expressiva:

... textos... A palavra “textos” busca incluir toda a linguagem usada em sua forma gráfica: manuscrita, impressa ou mostrada em tela. Nessa definição, excluímos como textos aqueles artefatos linguísticos puramente sonoros, como gravações de voz, filmes, TV, imagens animadas e imagens sem palavras. Textos incluem apresentações visuais, como diagramas, figuras, mapas, tabelas, gráficos e tirinhas em quadrinhos que têm alguma linguagem escrita (por exemplo, legendas). Esses textos visuais podem existir tanto independentemente quanto estar embutidos em textos maiores. Os textos dinâmicos são diferentes dos textos fixos em vários aspectos, incluindo a falta de pistas físicas que permitam aos leitores estimar o tamanho e a quantidade de texto (p. ex., as dimensões de documentos em papel estão ocultas no espaço virtual); o modo como diferentes partes de um texto e textos diferentes estão conectados uns aos outros através de links de hipertexto; se vários textos resumidos são mostrados como resultado de uma pesquisa. Consequentemente, os leitores também tipicamente se envolvem de maneiras diferentes com textos dinâmicos. De uma forma muito mais ampla do que ocorre com textos impressos, os leitores precisam construir seus próprios caminhos para concluir uma

atividade de leitura associada a um texto dinâmico.

Dessa maneira, o entendimento do que é um texto não se mostra estável. Com o surgimento de novas ferramentas tecnológicas, as formas de elaborar e apresentar um texto se modificam. A conceituação de letramento também passa, assim, por revisões. Portanto, a cada ciclo da avaliação do PISA, novidades se fazem presentes. Por isso, o entendimento sobre a organização do letramento em leitura no PISA (2018 *apud* INEP, 2023) faz-se necessário para se ter uma visão mais concreta de sua relevância social. Conforme já analisado, as avaliações externas são realizadas tendo em vista a possibilidade de ações para melhorias educacionais. Conforme o relatório do PISA (2018 *apud* INEP, 2023):

Como o letramento em Leitura foi organizado no Pisa 2018? A leitura como ocorre na vida diária é uma atividade difusa e altamente diversificada. Para projetar uma avaliação que represente adequadamente as muitas facetas do letramento em Leitura, o domínio é organizado de acordo com um conjunto de dimensões. As dimensões determinaram o desenho do teste e, em última análise, as evidências sobre as proficiências dos estudantes que puderam ser coletadas e relatadas. Para o propósito do letramento de Leitura do Pisa, o objetivo do instrumento cognitivo foi medir o domínio dos estudantes sobre os processos de letramento em Leitura através da manipulação de tarefas e fatores de texto. Um questionário adicional analisou alguns dos fatores do leitor, como motivação, disposição e experiência. Ao projetar a avaliação de letramento de Leitura do Pisa, as duas considerações mais importantes foram, primeiro, assegurar uma ampla cobertura do que os estudantes leem e para que propósitos leem, dentro e fora da escola, e, segundo, representar uma escala natural de dificuldade em textos e tarefas. A avaliação do letramento em Leitura

do Pisa baseia-se em três características principais:

- texto – a gama de materiais lidos;
- processos – a abordagem cognitiva que determina como os leitores se envolvem com um texto; e
- cenários – a gama de contextos ou propósitos gerais para os quais a leitura ocorre.

Considerando que a avaliação externa do PISA envolve vários países, um estudo sobre os resultados obtidos possibilita pensar em melhorias para os processos educativos, levando em conta referências de outros países. Essa avaliação mostra a situação da educação brasileira na esfera mundial. Já as avaliações em nível nacional permitem perceber as diferenças regionais estabelecidas na educação.

A prova de que o letramento é essencial na formação do indivíduo pode ser extraída do fato de esse ser o foco das avaliações externas. Com as avaliações em larga escala, abre-se a possibilidade de repensar a educação em sentido amplo. Sobre o que é educação, Moran (2007, p.14) enfatiza:

A educação é um processo de toda a sociedade – não só da escola – que afeta todas as pessoas, o tempo todo, em qualquer situação pessoal, social, profissional, e de todas as formas possíveis. Toda a sociedade educa quando transmite ideias, valores, conhecimento e quando busca novas ideias, valores, conhecimentos. Família, escola, meios de comunicação, amigos, igrejas, empresas, internet, todos educam e, ao mesmo tempo, são educados, isto é, aprendem, sofrem influências, adaptam-se a novas situações. Aprendemos com todas as organizações, grupos e pessoas a que nos vinculamos.

Assim, pensar a educação não é uma tarefa restrita às instituições de ensino. Mesmo quando não se está realizando uma atividade reconhecida-mente educativa, a educação, de uma forma ou de outra, acontece. Por isso, é pertinente trazer o conceito de qualidade

de educação para o centro das discussões.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que os processos educativos ocorrem no interior das instituições de ensino, mas não se restringem a esse espaço. A participação de toda a comunidade escolar proporciona a promoção de um ensino de qualidade. São os gestores que têm a função de incentivar e mobilizar, da melhor forma, os envolvidos nos processos educativos. Compreendeu-se, assim, que os processos avaliativos fazem parte das práticas pedagógicas, dos processos educativos. O planejamento é essencial para que as avaliações não sejam meros instrumentos para a obtenção de notas numéricas. Nos processos avaliativos, o aspecto qualitativo deve ser priorizado. Concluiu-se que as avaliações externas, quando devidamente compreendidas, contribuem para melhorias educacionais. Constatou-se que o letramento é relevante em todos os aspectos da formação do cidadão, podendo ser compreendido como parte essencial da educação. Mostrou-se que a gestão pública tem uma função essencial para a promoção da qualidade da educação. A análise de resultados não foi contemplada no presente estudo. Contudo, toda a análise e reflexão apresentada neste trabalho indicam a importância de se realizar um estudo futuro sobre a análise de resultados das avaliações externas.

REFERÊNCIAS

- DARLING-HAMMOND, L.; BRANSFORD, J. **Preparando os professores para um mundo em transformação**: o que devem aprender e estar aptos a fazer. Porto Alegre: Penso, 2019.
- FURTADO, A. G. **Princípios e concepções da gestão escolar**. Curitiba, PR: IESDE, 2020.
- GARGARELLA, R. **As teorias da Justiça depois de Rawls**: um breve manual de filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliações e Exames Educacionais**. Brasília, DF, 2023.
[Visualizar item](#)
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARÇAL, J. **Gestão do trabalho pedagógico**. Curitiba, PR: IESDE, 2021.
- MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- PISA 2018 -MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar.
[Visualizar item](#)
- SOEK, A. M. **Planejamento institucional**. Curitiba, PR: IESDE, 2021.

Recebido em: 05/12/2023

Aceito em: 10/12/2023